



AEE
Tertúlias

FASCÍCULO TEÓRICO-PRÁTICO:

Fast Tertúlia Acessibilidade: operacionalização do apoio pedagógico colaborativo na escola inclusiva - acessibilidade pedagógica e quebra de barreiras à presença, à participação e à aprendizagem



FORMADOR E FORMADORA:

Cristiano Corrêa Ferreira
Claudete da Silva Lima Martins

FORMADOR-COLABORADOR:

Wilson Tuiuti de Vargas Gonçalves





CRÉDITOS

Reitor da Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

Roberlaine Ribeiro Jorge

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Paulo Rodinei Soares Lopes

Coordenadora do Programa de Extensão Tertúlias Inclusivas do Pampa e do Curso de Aperfeiçoamento “Serviço de Atendimento Educacional Especializado para educandos público-alvo da Educação Especial na perspectiva inclusiva”

Claudete da Silva Lima Martins

Professora Pesquisadora e Gestora do Curso de Aperfeiçoamento “Serviço de Atendimento Educacional Especializado para educandos público-alvo da Educação Especial na perspectiva inclusiva”

Francéli Brizolla

Pesquisadoras

Jôse Storniolo Nunes Brasil

Cristiane Bueno da Rosa de Azambuja

Formadores módulo 05

Cristiano Corrêa Ferreira

Claudete da Silva Lima Martins

Formador-colaborador módulo 05

Uilson Tuiuti de Vargas Gonçalves

Secretária

Ana Cláudia Godois

Designer Gráfico e Educacional

Ana Claudia Remonti Rossi

Editor de Vídeos para Acessibilidade

Maycol Paixão Bastos

Revisora de Língua Portuguesa

Vanessa Marques

Comunicadora Social

Simôni Costa Monteiro Gervasio

Tradutores e Intérpretes de Libras

Alini Mariot

Ringo Bez de Jesus

Audiodescritora

Giovana Brizolla Algarve Santos

Supervisora

Michela Lemos Silveira

Tutores/as

Adriana Martins

Aline Quintana Gonçalves

Caroline Luiz de Varga

Débora Barros de Moraes

Dienuzza da Silva Costa

Emanuelle Aguiar de Araujo

Fernanda de Lima Pinheiro

Francine Carvalho Madruga

Gabrielle Coggo

Iracema Barbosa Pinheiro

Lilia Jurema Monteiro Masson

Luciana Moraes Soares

Mariléia Corrêa Camargo Rocha

Mireille Mabel Machado Dworakowski

Ricardo Costa Brião

Roseli de Fátima da Silva Feitosa Galvão

Samara de Oliveira Pereira

Vinicius Freitas de Menezes

Tamara Campos Vaz

Taís Granato Nogueira

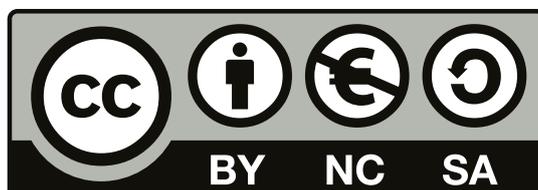
Tenely Cristina Froehlich

Thainá Pedroso Machado

Ticiane da Rosa Osório

Yuri Freitas Mastroiano

Uilson Tuiuti de Vargos Gonçalves



Esta obra de Programa de Extensão Tertúlias Inclusivas do Pampa - Universidade Federal do Pampa está licenciada com uma Licença **Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 4.0 Internacional**. Para ver o texto legal desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/legalcode.pt>. Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em <https://linktr.ee/tertuliasinclusive>.

SUMÁRIO

Quinta Tertúlia.....	5
“Quem somos nós”	6
PARTE I: Considerações teórico-conceituais sobre a temática.....	9
1.1 Educação inclusiva com os pingos nos “is”.....	11
1.2 Barreiras e acessibilidade.....	12
1.3 Conceituação das tipologias de barreiras e acessibilidade.....	14
1.3.1 Atitudinal.....	14
1.3.2 Programática.....	21
1.3.3 Instrumental.....	21
1.3.4 Comunicacional.....	22
1.3.5 Virtual-digital (web).....	23
1.3.6 Física e/ou arquitetônica.....	23
1.3.7 Metodológica ou Pedagógica.....	24
Saiba mais.....	26
Referências.....	27
PARTE II: Atividades dinamizadoras da Tertúlia	29

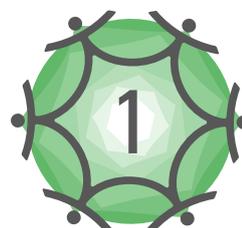
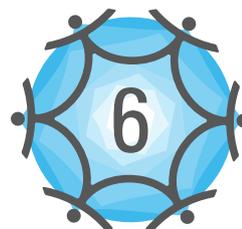
QUINTA TERTÚLIA:

Fast Tertúlia Acessibilidade: operacionalização do apoio pedagógico colaborativo na escola inclusiva - acessibilidade pedagógica e quebra de barreiras à presença, à participação e à aprendizagem



4. Planejamento acessível - parte 1

6. Planejamento acessível - parte 2:
Oficinas de construção de Planos Acessíveis



3. Percursos curriculares individualizados - Planos Educativos Individualizados (PEI) e Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) - (30h)

1. Da Educação Especial ao Atendimento educacional especializado (AEE) na escola comum inclusiva: histórico evolutivo da estrutura legal e normativa



2. Apoio pedagógico colaborativo aos/às estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

“QUEM SOMOS NÓS?”

Conhecendo os formadores

Formador:

Cristiano Corrêa Ferreira

Audiodescrição: fotografia de Cristiano, um homem de pele morena clara, com cabelos grisalhos nas laterais e na parte de trás da cabeça. Usa óculos de grau de armação quadrada preta com vermelho e veste uma camisa social preta de mangas longas. Está com os braços cruzados, de frente para a foto e sorrindo.



“Pai da Maria Laura e do Pedro Henrique, gosto muito da natureza e, em especial, a vida no campo”.

Sou Arquiteto e Urbanista, com mestrado e Doutorado em Engenharia. Desde de 2006, sou professor da Universidade Federal do Pampa e atuo na graduação e pós-graduação. Desde 2018, venho pesquisando atividades com foco na inclusão por meio do desenvolvimento de material didático, inteligências múltiplas e Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). No ano de 2020, ingressei no Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão e Diversidade na Educação Básica e no Ensino Superior, que atua com estudos e pesquisas na área da diversidade e inclusão e acessibilidade pedagógica na perspectiva da Educação para Todos. Em 2022, tive a honra de atuar na linha de frente do curso de extensão promovido pela SEMESP/ MEC e UNIPAMPA intitulado “Curso de Extensão Desenho Universal para a Aprendizagem com Foco no Público da Educação Especial e na Perspectiva Inclusiva.”

Formadora:

Claudete da Silva Lima Martins

Audiodescrição: fotografia de Claudete, mulher de pele clara, com cabelos castanhos escuros com mechas loiras, ondulados e longos. Tem olhos escuros, está maquiada e sorrindo, de frente para a foto. Veste uma blusa preta com estampa floral em verde, vermelho e laranja.



Professora na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, atuando no Campus Bagé como docente dos cursos de licenciatura e de pós-graduação stricto sensu no Mestrado Acadêmico em Ensino (MAE). Licenciada em Pedagogia, com especializações na área da Educação Especial (URCAMP-UFSM), mestrado e doutorado na área da Educação (UFPEL). Atualmente, é coordenadora do Programa de extensão Tertúlias Pedagógicas Inclusivas no Pampa, dos Cursos de extensão Desenho Universal para a Aprendizagem com foco no público da Educação Especial e na perspectiva inclusiva, Produção de recursos pedagógicos acessíveis e do Curso de aperfeiçoamento Serviço de Atendimento Educacional Especializado para educandos público da Educação Especial na perspectiva inclusiva. na UNIPAMPA. Vice-líder do INCLUSIVE: Grupo de Estudos e Pesquisas em Inclusão e Acessibilidade na Educação Básica, membra do Grupo de Pesquisa em Inovação Pedagógica na Formação Acadêmico-Profissional de Profissionais da Educação (GRUPI) e do Grupo Interinstitucional Minuano. Foi orientadora educacional, gestora, supervisora e professora efetiva nas redes municipal e estadual de ensino de Bagé/RS. Tem experiência na área da educação, atuando e investigando temas vinculados à formação de professores, educação inclusiva, políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6268846689825329>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9221-6065> . Email: claudetemartins@unipampa.edu.br

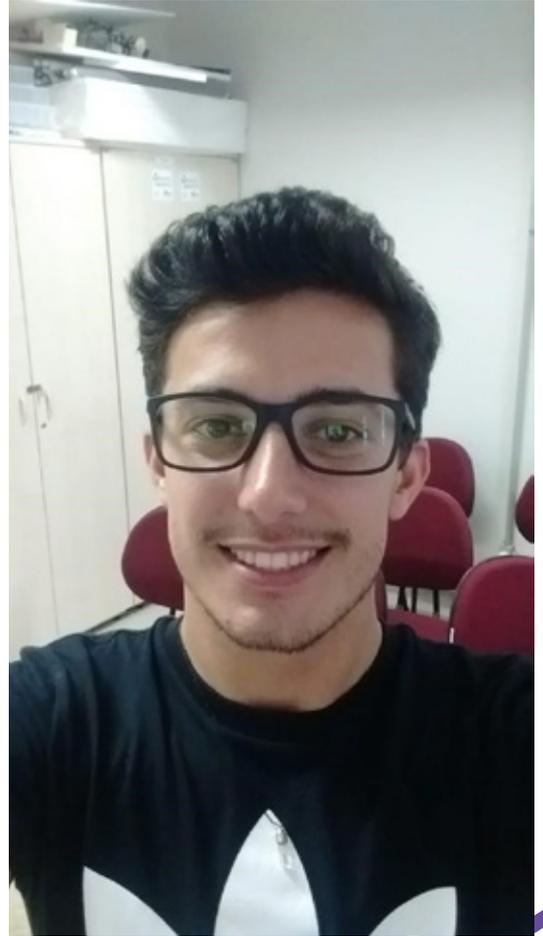
Formador-colaborador:

Uilson Tuiuti de Vargas Gonçalves

Audiodescrição: fotografia de Uilson, um homem branco, com cabelos pretos, lisos e curtos. Usa óculos de grau de armação quadrada e preta e usa barba e bigode curtos. Veste uma camiseta preta com estampa branca central e está sorrindo de frente para a foto.

“Sou daqueles professores que ama uma pesquisa e adora uma investigação. Ler um bom livro e viajar são duas coisas incrivelmente transformadoras e, falando em transformar, POSSIBILIDADE é uma palavra que carrego comigo enquanto educador.”

Olá, me chamo Uilson Tuiuti de Vargas Gonçalves, sou professor de Ciências da natureza pela Universidade Federal do Pampa - campus Dom Pedrito, mestre em ensino pela Universidade Federal do Pampa - campus Bagé e doutorando em educação pela Universidade Federal do Pampa - campus Uruguaiana. Também, membro dos grupos INCLUSIVE (Grupo de estudos em inclusão e diversidade na educação básica e ensino superior) e GRUPI (Grupo de Pesquisa em Inovação Pedagógica em formação acadêmico-profissional de profissionais da educação).



PARTE I:

Considerações teórico-conceituais sobre a temática da Acessibilidade no processo de educação inclusiva

“Do que falaremos nesta Tertúlia?” Conhecendo a temática

Neste fascículo da quinta Tertúlia do Curso “Tertúlias AEE”, trazemos um tema bastante importante e interessante para a caminhada de formação rumo à formação especializada na perspectiva da educação inclusiva assumida neste aperfeiçoamento: o tema da Acessibilidade.

No presente estudo, a área da acessibilidade será utilizada enquanto um conhecimento essencial que tem o objetivo de apoiar a operacionalização do apoio pedagógico colaborativo na escola inclusiva, discutido na quinta Tertúlia, com foco na acessibilidade pedagógica e quebra de barreiras à presença, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Com a compreensão de que o processo de ensino-aprendizagem inclusivo depende de vários atores da comunidade escolar e de várias providências pedagógicas, entende-se que conhecer e compreender a acessibilidade na relação com as barreiras seja fundamental para a construção dos planos individualizados, quando necessários, assim como para o planejamento acessível, ao nível da turma como um todo. Em síntese, estudar e conhecer a acessibilidade não apenas enquanto um dispositivo legal, o que por si só já é muito importante, mas enquanto um campo de conhecimento que oferece dispositivos e aspectos práticos aos(às) professores(as), para uma atuação pedagógica inclusiva na escola para todos e todas.

Desse modo, na busca por avançar em mais este aspecto formativo no Curso, trazemos como objetivos para a quinta Tertúlia:

- (a)** Conhecer os sujeitos público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva;
- (b)** Conhecer o conceito de necessidades educacionais especiais;
- (c)** Estudar as áreas da acessibilidade que influenciam o processo de ensino-aprendizagem para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- (d)** Estudar e compreender as barreiras à aprendizagem, desenvolvimento e participação, as quais inviabilizam a inclusão escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Para atender a estes objetivos, neste caderno serão trabalhados os temas sobre a educação especial, estudantes com deficiência na perspectiva inclusiva e, principalmente, barreiras à presença, participação e aprendizagem e tipos de acessibilidade. Diante desse contexto, a proposta desta Tertúlia visa desenvolver práticas de ensino que promovam, principalmente, ações voltadas à conceituação e contextualização dos temas apresentados. Essa proposta se justifica em função de que é necessário oportunizar conhecimentos a respeito de barreiras e acessibilidade que tornam o ambiente mais inclusivo em prol de uma perspectiva de qualidade e de avanço educativo aos(às) professores(as) de aula comum e do AEE.

De forma específica, serão abordados os conteúdos:

- (a)** estudantes da educação especial;
- (b)** processos de ensino-aprendizagem para estudantes com deficiência;
- (c)** barreiras à presença, participação e aprendizagem (construção de conhecimento);
- (d)** áreas da acessibilidade:

- » *acessibilidade programática*: que trata de normas, leis, currículos, dentre outros;
- » *acessibilidade comunicacional*: que inclui, entre outros, audiodescrição (AD), Língua Brasileira de Sinais (Libras), grafia Braille, linguagem simbolar e pictórica, sinalizações táteis, sonoras, visuais, linguagem simples; também inclui a acessibilidade web;
- » *acessibilidade instrumental*: que compreende a gama de recursos de tecnologia assistiva, comunicação alternativa e aumentativa;
- » *acessibilidade física/arquitetônica*, que trata das condições físicas, da organização espacial, das instalações e espaços escolares, dos mobiliários e das condições de orientação e mobilidade;
- » *acessibilidade atitudinal*, diretamente relacionada aos valores e atitudes na convivência interpessoal;
- » *acessibilidade metodológica*, que ocorre no planejamento didático realizado pelos(as) professores(as) no processo de ensino-aprendizagem.

Para dinamizar o estudo sobre a acessibilidade, além do conteúdo ofertado neste fascículo, serão realizadas *Fast Tertúlias*, no formato de oficinas ou seminários, que auxiliarão e complementarão a construção dos conhecimentos.

Desejamos um excelente estudo a todos(as)!

Francéli e Michela
Coordenação do Curso “Tertúlias AEE”

1.1 Educação inclusiva com os pingos nos “is”

Na perspectiva de escola comum inclusiva, assumida no Brasil, através da Declaração de Salamanca (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura – ONU/UNESCO,1994), o documento da Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais, propõe implementar nos sistemas educacionais, programas que levem em conta as características, as necessidades individuais, tendo em vista suas especificidades, garantindo educação de qualidade para todos/as, vendo inclusão como novo modo de encarar as diferenças.

Entender essa questão é defender que a inclusão envolve a reestruturação das culturas, políticas e práticas das escolas que, como sistemas abertos, precisam rever suas ações, até então predominantemente elitistas e excludentes.

Carvalho (2006) nos alerta que a inclusão é um longo processo e não ocorre por decreto ou modismo. Para incluir um(a) estudante com características diferenciadas numa turma dita comum, há necessidade de se criarem mecanismos que permitam que ele(a) se integre social, educacional e emocionalmente com seus colegas e professores e com os objetos do conhecimento e da cultura.

Para a autora, a política de inclusão dos(as) estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste somente na permanência física dos mesmos, mas tem o propósito de rever concepções e paradigmas, respeitando e valorizando a diversidade, exigindo, assim, que a escola defina e assuma sua responsabilidade criando espaços inclusivos. Dessa forma, a inclusão significa que não é o(a) estudante que se molda ou se adapta à escola, mas a escola, consciente de sua função, coloca-se à disposição do(a) estudante.

Para entender a educação inclusiva, deve-se primeiro entender que a proposta não foi concebida apenas para determinados(as) estudantes, mas todos(as), sem distinção. Entender que somos diferentes. Essa é nossa condição humana. Pensamos de jeito diferente, sentimos com intensidade diferente, agimos de forma diferente, e tudo isso porque vivemos e aprendemos o mundo de forma diferente.

Pensar seriamente na prática da inclusão significa tomar consciência da diversidade dos(as) estudantes e valorizá-la. As escolas inclusivas são escolas para todos(as), o que implica um sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades educacionais de qualquer estudante. Sob essa ótica, não apenas os(as) estudantes com deficiências seriam atendidos, mas todos(as) estudantes que, por inúmeras causas, também apresentam dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento, bem como, necessidades educacionais específicas, as quais não são necessariamente derivadas das condições de deficiência.

Em se tratando de concepção inclusiva, não é razoável que estudantes sejam rotulados ou que se utilizem “modelos” de estudantes, diferenciando-os entre deficientes e não-deficientes, como se essas duas fossem as as opções possíveis e válidas. Essa rotulação não mais existirá quando as diferenças forem entendidas como algo comum e quando aprendermos a respeitá-las e valorizá-las, livres de comparações. Para que isso aconteça, principalmente os(as) professores(as) precisam ter uma atitude crítica perante a sociedade ou, então, acontecerá a exclusão dos incluídos dentro da sala de aula.que acolhe, respeita e garante os diferentes estilos de aprendizagem e que possibilita o acesso para todos(as), levando em consideração capacidades e potencialidades, sem comparação de condições.

REFLITA...

»» O que são barreiras de acessibilidade?

[...] as barreiras de acessibilidade são encontradas por toda a parte, seja em ambientes físicos ou virtuais. Isso ocorre, pois vivemos em um mundo construído por pessoas sem deficiência e para pessoas sem deficiência, que até mesmo por falta de informação, não costumam pensar nos desafios que as pessoas com deficiência encontram no seu dia a dia para se adaptarem a esses espaços. Elas são encontradas na internet, nos meios de transportes, nas ruas, estabelecimentos comerciais e públicos, entre outros. (FOGGETTI, 2022) (Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/blog/barreiras-para-a-acessibilidade/>. Acesso em: 23 fev. 2023).

1.2 Barreiras e acessibilidade

De acordo com Moragas (2022) a deficiência é uma experiência de desigualdade de condições que resulta da interação entre os impedimentos como as lesões ou alterações nas estruturas e nas funções corporais, bem como, as barreiras sociais existentes. Nesse sentido, o autor acrescenta que, conforme a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), barreira é “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros”.

Conforme a Lei 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, há seis tipos de barreiras que podem estar relacionadas à vida das pessoas com deficiência: as barreiras urbanísticas, existentes em vias e espaços de uso coletivo;

as arquitetônicas, encontradas em edifícios; aquelas presentes nos meios de transportes; as de comunicação e informação; as atitudinais, que dizem respeito a atitudes e comportamentos; e as barreiras que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

Por fim, Moragas (2022) enfatiza que as desigualdades não são condições inerentes às pessoas com impedimentos corporais. São as barreiras sociais que, ao restringir a participação dessas pessoas, provocam a experiência da desigualdade. Portanto, a remoção das barreiras sociais é condição fundamental para que as pessoas com deficiência possam participar plenamente da vida em sociedade e em igualdade de condições com as demais pessoas.

Diante desse contexto, muitos desafios enfrentados pelos(as) estudantes nas escolas podem ser amenizados ou eliminados se as barreiras à aprendizagem e à participação forem identificadas e minimizadas. Para Booth e Ainscow (2002), o estabelecimento físico, as culturas, as políticas, o currículo, o método de ensino, o lugar em que os(as) estudantes se sentam e a forma de interação são alguns exemplos de barreiras que podem dificultar a vida escolar de qualquer estudante, não só dos que têm alguma deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. A minimização dessas barreiras, conforme apontam os autores, implica a mobilização de recursos – físicos, humanos, políticos etc. – nas escolas e comunidades. Frequentemente, as escolas detêm mais recursos do que utilizam.

Acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo. É um tema ainda pouco difundido, apesar de sua inegável relevância. Considerando que ela gera resultados sociais positivos e contribui para o desenvolvimento inclusivo e sustentável, sua implementação é fundamental, dependendo, porém, de mudanças culturais e atitudinais. Assim, as decisões governamentais e as políticas públicas e programas são indispensáveis para impulsionar uma nova forma de pensar, de agir, de construir, de comunicar e de utilizar recursos públicos para garantir a realização dos direitos e da cidadania.

Se para as pessoas a acessibilidade é importante, para as pessoas com deficiência a acessibilidade é fundamental, pois as possibilita viver de forma independente e participar plena e autonomamente de todos os aspectos da vida, proporcionando a implementação de medidas apropriadas para assegurar

o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Essas medidas poderão incluir a identificação de barreiras à acessibilidade e a disseminação do conceito de desenho universal.

FICA A DICA

MANUAL DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL PARA ESCOLAS: [O direito à escola acessível: MANUAL DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL PARA ESCOLAS](#)

Acessibilidade e Desenho Universal na aprendizagem: [Acessibilidade e Desenho Universal na Aprendizagem | INCLUI.ORG](#)

Sementes da Inclusão: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-inclusao/sementes-da-inclusao-o-que-sao-barreiras>

1.3 Conceituação das tipologias de barreiras e acessibilidade

1.3.1 Atitudinal

Em muitas situações no nosso contexto, não percebemos o quanto podemos estar sendo preconceituosos e ferindo sentimentos a partir das nossas atitudes; dessa maneira, acabamos por excluir ou até mesmo restringir alguém por acreditarmos que seja incapaz em razão de apresentar alguma deficiência, como se fosse inválido. Esse pensamento vai ao encontro do que propomos nesse momento como estudo, ou seja, quebrar preconceitos a partir do entendimento da origem das barreiras atitudinais.

A raiz de todas as barreiras é a barreira atitudinal, pois sustenta a produção das demais barreiras. É a expressão da cultura da normalidade, onde os impedimentos e/ou as diferenças são alvo de opressão e discriminação. A normalidade, entendida ora como uma expectativa biomédica de padrão de funcionamento da espécie, ora como um preceito moral de produtividade e adequação às normas sociais (DINIZ; SANTOS, 2010).

As barreiras atitudinais são as que dificultam o acesso de pessoas com deficiências a diferentes locais. No entanto, deve ficar bem evidente que essa barreira não está vinculada ao acesso no espaço físico, mas às atitudes e preconceitos ligados a outras pessoas, de forma ciente ou não. Vale ressaltar as opiniões de Da Silva e Silva (2022), que em seu trabalho discutiram formas de promover a inclusão de uma estudante cega com os colegas e, ao final, perceberam que é muito importante trabalhar os contextos sobre como tornar a turma mais inclusiva.

Já Rodrigues e Bernardino (2022) acrescentam que a barreira atitudinal é muito difícil de transpor, mas que é necessário se promover ações mais reflexivas e de conscientização sobre os direitos da pessoa com deficiência em prol de um maior empoderamento por meio do engajamento social.

Outros estudos, como os de Tavares e Lima (2007), identificaram a prática de uma série de barreiras que poderão comprometer tanto a recepção da obra pelo público formado por pessoas com deficiência, quanto a nossa recepção desse público. Segundo os autores, barreiras atitudinais podem aparecer de forma isolada e em certas situações camufladas em atitudes que pretendiam ser inclusivas.

Assim, Lima e Tavares (2007; 2012) conceituam algumas das barreiras a serem evitadas e que percebê-las nos ajudará a: i) refletir sobre como estamos nos preparando para receber o público de pessoas com deficiência; ii) evitar constrangimentos; e iii) entender que não basta o produto estar acessível, mas se faz necessário o processo constante de conscientização de que a garantia de acesso à cultura não é favor, é cumprimento de lei.

A seguir, mostramos um quadro com os diferentes tipos de barreira atitudinal, conforme descrevem Lima e Tavares (2007).

Quadro: Conceituação e taxonomia das barreiras atitudinais

TAXONOMIA DAS BARREIRAS ATITUDINAIS	CONCEITUAÇÃO
Substantivação da deficiência	<p>Refere-se à pessoa com deficiência como se o seu todo fosse a deficiência.</p> <p>EXEMPLO: “o cego” ou “o <i>down</i>”. Assim seria: “a pessoa cega” ou “a pessoa com deficiência visual”, “a pessoa com síndrome de <i>down</i>”. Considera-se primeiramente a condição de ser pessoa e a deficiência como uma característica humana.</p>

TAXONOMIA DAS BARREIRAS ATITUDINAIS	CONCEITUAÇÃO
Adjetivação ou Rotulação	Evidenciada pelos rótulos ou atributos depreciativos em função da deficiência. EXEMPLO: designar as pessoas com deficiência como “lentas” ou “incapazes”.
Efeito de Propagação	Crença de que uma pessoa com deficiência tenha também suas habilidades cognitivas afetadas. EXEMPLO: por ser pessoa surda tenha também deficiência intelectual.
Estereótipos	Percebida na representação social “positiva” ou “negativa”, sobre pessoas com a mesma deficiência.
Generalização	É a atitude de homogeneização de pessoas baseada numa experiência interacional com um dado indivíduo. EXEMPLO: acreditar que por uma pessoa com deficiência preferir um tipo de serviço, todas as outras com a mesma deficiência irão desejá-los igualmente.
Padronização	Indivíduos com a mesma deficiência agem da mesma forma e desejam as mesmas coisas, (baseada na experiência generalizada com indivíduo ou grupos de pessoas com deficiência).
Particularização	Com base na segregação das pessoas em função de uma dada deficiência e do entendimento de que elas atuam de modo específico ou particular, diferente de todos os espectadores que não têm deficiência.



TAXONOMIA DAS BARREIRAS ATITUDINAIS	CONCEITUAÇÃO
Rejeição	É a recusa irracional de receber um público de pessoas com deficiência, bem como a recusa a interagir com esses espectadores. Não oferecer acessibilidade já é uma forma de exclusão.
Negação	Negação a existência ou o limite decorrente de uma deficiência. Em outros termos, é desconsiderar as dificuldades para a compreensão da obra ou para a participação em um evento quando não se tem a devida acessibilidade.
Ignorância	Desconhecimento que se tem de uma dada deficiência, das habilidades e potenciais daquele que a tem.
Medo	Receio de receber o público com deficiência. Temer a reação dos frequentadores do evento, temer fazer ou dizer algo errado, ou acreditar que o conteúdo do espetáculo possa ferir a pessoa com deficiência.
Baixa Expectativa ou subestimação	Julgamento antecipado e infundado de que a pessoa com deficiência é incapaz de fazer algo, de entender um espetáculo.

TAXONOMIA DAS BARREIRAS ATITUDINAIS	CONCEITUAÇÃO
Inferiorização da Deficiência	<p>Atitude constituída por meio da comparação pejorativa que se faz do resultado das ações das pessoas com deficiência em relação a outros indivíduos sem deficiência, atribuindo à deficiência resultados negativos, sob a justificativa de que o que não foi alcançado pelas pessoas com deficiência é inferior, exclusivamente, em razão da deficiência.</p> <p>EXEMPLO: supor que num grupo de colaboradores com e sem deficiência as ações executadas pelos primeiros não foram satisfatórias, em função da deficiência, quando, na verdade, podem não o ter sido em razão da falta de adequada informação sobre as ações que tais colaboradores deveriam efetivar.</p>
Menos Valia	<p>Crença na incapacidade das pessoas com deficiência e, em consequência, a tendência a avaliar depreciativamente potencialidades e ações por elas desenvolvidas. Trata-se de atribuir menor valor, por exemplo, à arte produzida por pessoas com deficiência.</p>
Adoração do Herói	<p>Supervalorização/exaltação, o elogio desmedido à pessoa com deficiência, como se a capacidade dessa pessoa em frequentar espaços culturais fosse algo inusitado ou “excepcional”.</p>
Exaltação do Modelo	<p>É o uso da imagem da pessoa com deficiência como modelo de persistência e de coragem, comparando-a com o público em geral.</p>

TAXONOMIA DAS BARREIRAS ATITUDINAIS	CONCEITUAÇÃO
Compensação	Com base em piedade e paternalismo, achar que o público com deficiência deve ser recompensado por ter ido ao evento, que é merecedor de algo além da obra que foi apresentada com acessibilidade.
Dó ou Pena	É a expressão ou a atitude piedosa manifesta em relação às pessoas com deficiência, restringindo-as ou mesmo constrangendo-as. EXEMPLO: exagerada “ajuda” ao público com deficiência, forjando uma pseudoparticipação em eventos interativos.
Superproteção	Proteção desproporcional por piedade, muitas vezes equivocada, incapacidade do sujeito de fazer algo ou de tomar decisões em função da deficiência. Acaba por levar a sociedade a impedir que a pessoa com deficiência faça suas escolhas.

Fonte: TAVARES, 2012, p. 420-423

Como convite para a ação, destacamos esse espaço-momento para refletirmos sobre as barreiras atitudinais nos espaços de produção e de difusão de cultura, o que também contribui para pensarmos sobre estas barreiras nos demais espaços.

Segundo Tavares (2013, p. 28-29) para eliminar barreiras atitudinais nos espaços de produção e de difusão de cultura, é preciso que:

- a) na produção de eventos, como espetáculos, festivais, exposições e outros, seja assegurada a acessibilidade total para todas as pessoas;
- b) no planejamento e na execução do trabalho, todos os envolvidos busquem identificar todo e qualquer tipo de barreira, a fim de eliminá-las imediatamente, evitando que elas se fortaleçam;

- c) no ambiente de trabalho, todos compartilhem o maior conhecimento possível sobre os direitos humanos ao acesso à cultura e ao lazer. A informação e a reflexão ajudam-nos a combater as barreiras atitudinais;
- d) estejamos cientes de que a eliminação das barreiras atitudinais não passa apenas pela atenção às necessidades do público com deficiência, mas pelo fortalecimento da compreensão de que, no exercício de sua função, cada promotor da cultura, cada artista, cada profissional, por meio de cada espetáculo, de cada texto, de cada ação, pode ser um grande colaborador para que aquelas barreiras sejam erradicadas. Assim, acessibilidade atitudinal nos espaços de difusão da cultura deve estar associada a outros desafios que configuram esse contexto: desde a formação dos profissionais para atender/receber o público à estrutura física dos ambientes;
- e) em cada evento cultural, reflita-se como acolher e como promover a transformação que a inclusão cultural exige de todos e de cada um, o que implica um envolvimento contínuo de todos os agentes, na escuta atenta das avaliações que os espectadores fazem acerca dos serviços prestados, inclusive os de acessibilidade comunicacional, para que se alcance a qualidade desejada;
- f) divulguemos o compromisso que estamos assumindo ao buscar garantir para todas as pessoas as acessibilidades, a participação plena, o empoderamento. Dessa forma, por meio da mídia, também estaremos mobilizando outras pessoas, em outros espaços a refletirem sobre as atitudes necessárias para que a inclusão aconteça;
- g) fornecemos informações positivas em relação à pessoa com deficiência por intermédio das comunicações/discursos construídos e veiculados interna e/ou externamente, no ambiente em que atuamos, pois o discurso sem barreiras atitudinais, respeito à diversidade humana é um forte aliado no combate a tais barreiras. (TAVARES, 2013. p. 28-29).

Portanto, a discussão e identificação das barreiras atitudinais, são fundamentais para garantia de acessibilidade, nos diferentes espaços de convívio social.

Em se tratando de acessibilidade, têm-se que nada mais é que a percepção do outro sem preconceitos e Sassaki (2009) define como acessibilidade atitudinal aquela que busca extirpar preconceitos estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência.

Para o autor, é necessária a realização de atividades de sensibilização e conscientização, dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social, etc.) para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios. A criação de ambientes escolares, familiares e comunitários que não sejam

preconceituosos melhora a autoestima dos alunos, contribuindo com a aprendizagem significativa, alegre e colaborativa. (SASSAKI, 2009).

1.3.2 Programática

A barreira programática está ligada a dificuldade ou impossibilidade de compreender normas de serviço, avisos e/ou regulamentos. Nessa tipologia de barreira podemos mencionar os Projetos Políticos Pedagógicos, regimentos e normas escolares, “a fim de garantir a exclusão de barreiras invisíveis neles contidas que possam impedir ou dificultar a participação plena de todos alunos, com ou sem deficiência, na vida escolar” (SASSAKI, 2006, p. 5). Exemplificamos no caso de normas escolares que indicam a prova escrita como uma única forma de avaliação e que não reconhecem outros espaços da escola como potenciais para aprendizagem, a exemplo: biblioteca, sala informatizada, parquinho, laboratórios, refeitório, pátio, banheiro e demais espaços, para além da sala de aula.

Em relação à acessibilidade programática, existem barreiras em diferentes leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência (confira em [Acessibilidade: exemplos, tipos e como se enquadrar às normas?](#)); nesse caso, a acessibilidade programática está justamente ligada à sensibilização, conscientização e aplicação dessas normas, decretos, regulamentações, leis e políticas públicas que respeitam as necessidades das pessoas com deficiência.

De acordo com Sassaki (2009), no campo da educação é necessário se realizar uma revisão atenta de todos os programas, regulamentos, portarias e normas das escolas, a fim de garantir a exclusão de barreiras invisíveis neles contidas que possam impedir ou dificultar a participação plena de todos os alunos, com ou sem deficiência, na vida escolar.

1.3.3 Instrumental

Em relação à barreira instrumental, pode se afirmar que é aquela que está atrelada ao uso de utensílios, instrumentos e ferramentas de estudo que se encontram em diversos ambientes como, por exemplo, quando uma pessoa cega não tem acesso a um software de leitor de tela no computador.

Em relação à possibilidade de acessibilidade para essa barreira, pode se dar pela necessidade de adequação e adaptação para todos os objetos da escola, como materiais, móveis e equipamentos. Exemplo: uso de uma órtese para manusear teclado, lápis, pincel, entre outros, de acordo com a necessidade da pessoa.

Sassaki (2009) define que, na educação, essa adaptação se dá no uso de materiais como lápis, caneta, régua e demais instrumentos utilizados para escrever, normalmente utilizados em sala de aula, na biblioteca, na lanchonete, na quadra de esportes etc. Também, as bibliotecas deverão possuir livros em braile (SASSAKI, 2009).

1.3.4 Comunicacional

A barreira comunicacional se caracteriza pelo acesso à comunicação de forma interpessoal, como por exemplo, falta de Intérpretes de Libras e de audiodescrição de imagens, ou seja, indica a universalização das múltiplas formas de comunicação, incluindo sinalização visual-tátil, uso da Língua Brasileira de Sinais, da escrita braille, sorobã, comunicação alternativa e aumentativa, recursos ópticos e não-ópticos, legendas, entre outros.

No trabalho de Oliveira (2021), que faz uma investigação sobre a atuação do professor com estudante com deficiência visual, são apontadas as inquietações, bem como, as dificuldades encontradas pelos professores ao longo de dez anos de investigação. Ao fim dessa análise, o autor detecta que uma parcela considerável de professores tem necessidade de aprimorar seus saberes referentes ao ensino de pessoas com deficiência e que são interessados em participar de formação continuada e de formar parcerias com profissionais de AEE, com o intuito de tornar mais significativa a participação dos(as) estudantes com deficiência nas atividades da sala de aula.

Para Sasaki (2009) a acessibilidade comunicacional pode ser percebida: - no ensino de noções básicas da língua de sinais brasileira (Libras) para se comunicar com alunos surdos; - no ensino do Braile e do sorobã para facilitar o aprendizado de estudantes cegos(as); - no uso de letras em tamanho ampliado para facilitar a leitura para estudantes com baixa visão; - na permissão para o uso de computadores de mesa e/ou notebooks para estudantes com restrições motoras nas mãos; - na utilização de desenhos, fotos e figuras para facilitar a comunicação para estudantes que tenham estilo visual de aprendizagem, etc.

FICA A DICA

Guia da acessibilidade comunicacional - Fiocruz

[Guia de Acessibilidade Comunicacional: acessibilidade na comunicação para a atenção integral à saúde das pessoas com deficiência](#)

Livox: aplicativo premiado que possibilita pessoas com qualquer deficiência que impeça a sua comunicação verbal a se comunicarem.

[Livox - Comunicação Alternativa com Inteligência Artificial](#)

PicoTEA: dirigido a pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) ou que possuem algum Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD).

O aplicativo cria um mecanismo que facilita tal comunicação através de imagens.

[PictoTEA - Apps on Google Play](#)

Hand Talk: app para inclusão social que otimiza o processo de comunicação dos alunos com deficiência. O aplicativo funciona como um tradutor.

[https://www.handtalk.me/br/Aplicativo/https://www.handtalk.me/br/Aplicativo/](https://www.handtalk.me/br/Aplicativo)

1.3.5 Virtual-digital (*web*)

Para Foggetti (2022) o mundo está cada vez mais tecnológico e, em contrapartida, as barreiras digitais têm aumentado significativamente. Além disso, a autora destaca que:

Segundo estudo realizado pelo Big Data Corp, em parceria com o Movimento *Web Para Todos*, comprovou que dos 21 milhões dos domínios ativos no Brasil, apenas 0,46% foram aprovados em todos os testes de acessibilidade. Isso significa que mais de 99% dos sites estão excluindo as pessoas com deficiência. Ela é percebida na falta de textos alternativos nas imagens para que as pessoas cegas que utilizam leitores de tela para navegar ou na falta de tradução automática dos conteúdos escritos nas páginas para a Língua de Sinais. (Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/blog/barreiras-para-a-acessibilidade/>. Acesso em: 23 fev. 2023).

A autora enfatiza que muitas pessoas acham difícil tornar um site acessível e que não compensa o esforço, porém, com dicas simples o processo fica acessível e com possibilidades de resultados significativos.

Para Reinaldo Ferraz (2020), são inúmeros os fatores que mostram o quanto é importante a acessibilidade na *web* e que o acesso deve ser imprescindível para todas as pessoas independentemente de alguma limitação seja ela permanente ou temporária. Os autores destacam, fortemente, que se não levantarmos essa bandeira de acessibilidade digital, pode ser que no futuro tenhamos barreiras de acesso em páginas que nós mesmos construímos.

1.3.6 Física e/ou arquitetônica

As barreiras arquitetônicas são aquelas que possuem relação com as limitações consideradas físicas e estruturais que impossibilitem que a pessoa percorra o espaço físico com segurança. Como, por exemplo, portas estreitas e espaços públicos onde o acesso principal ocorre somente por escadas, sem a rampa e/ou elevador. Segundo Nonato et. al (2013), em relação a acessibilidade arquitetônica é necessário que ocorra o comprometimento de inúmeros agentes e segmentos sociais, onde é necessário que sejam eliminados estigmas, estereótipos, preconceitos e discriminações e disponibilizando às pessoas com deficiência condições como recursos materiais mediante a eliminação das barreiras arquitetônicas, de modo a garantir-lhes o acesso, locomoção e usufruto de bens e serviços públicos de modo satisfatório, independente dos impedimentos e/ou restrições.

Relacionada a remoção das barreiras físicas, proporcionando condições de acesso e utilização de todos espaços, ambientes e serviços. Por exemplo, construção de rampas,

colocação de elevadores, corrimão, barras, alargamento de portas, entre outros.

Cardozo e Schneider (2021) apresentam uma proposta de um instrumento para coleta de dados primários com o propósito de analisar a acessibilidade arquitetônica de forma passiva. O roteiro de observação proposto pelos autores consta de um conjunto de itens disponibilizado em quatro categorias: na primeira, o item do roteiro faz parte da observação na escola, considerando a especificidade de cada escola; na segunda é observado se ocorre o atendimento ou não do item observado conforme o espaço escolar; na terceira analisa-se a possibilidade de realizar a observação e chegar ao espaço, considerando-se que o pesquisador é cadeirante e, na quarta, é analisada a existência ou não de determinado espaço/equipamento escolar.

Ao final, os autores destacam que a acessibilidade arquitetônica é uma das características da escola que promove a igualdade de oportunidade, de tratamento e de conhecimento, auxiliando no desenvolvimento dos estudantes e tornando o espaço escolar um conjunto de ambientes democráticos.

FICA A DICA

Norma NBR 9050/2015: estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf <https://diversa.org.br/noticias/acessibilidade-arquitetonica-e-o-apoio-a-educacao-inclusiva/>

1.3.7 Metodológica ou Pedagógica

As barreiras metodológicas e/ou pedagógicas se caracterizam pela falta de recursos de acessibilidade para estudantes com deficiência, como por exemplo, textos ampliados e/ou em braille. Sasaki (2006) destaca a necessidade de considerar os estilos de aprendizagem dos(as) estudantes, a aplicação da teoria das inteligências múltiplas e a utilização de materiais didáticos adequados às necessidades individuais. Por exemplo, oferecer a variabilidade nas formas de apresentação de conteúdos como vídeos, texto escrito, saída de campo, uso de *slides*, *podcasts*, entre outros.

Sales e Júnior (2014) destacaram que a acessibilidade metodológica ainda é uma barreira a ser enfrentada na educação inclusiva e informaram na investigação que no panorama nacional, os profissionais do ensino comum ainda continuam atrelados a

um ensino bem tradicional, cadeiras enfileiradas, alunos como meros telespectadores no processo de ensino-aprendizagem, e o livro como o principal recurso didático.

Quanto ao Ensino Superior, Da Silva Martins (2019) em seu trabalho faz um alerta para que as universidades proporcionem reflexões e realizem adaptações pedagógicas/metodológicas, para que ocorra uma inclusão plena, proporcionando os recursos necessários para a autonomia, apropriação do conhecimento e o desenvolvimento, evitando assim a evasão dos acadêmicos.

Já Santos et. al (2023) apontam que, mesmo com tantas legislações em prol da Educação Inclusiva, ainda assim, nos deparamos com barreiras que permeiam a realidade das instituições escolares, que perpassam o pedagógico, mas que ainda necessitam de ações que ampliem os recursos à acessibilidade para que, de fato, o processo de escolarização dos alunos com deficiência possa se dar com mais equidade.

Agora, faça a sua parte em prol da acessibilidade!

[...] no final das contas o mais importante é derrubar o preconceito e fazer a nossa parte para quebrar as barreiras de acessibilidade na sociedade. Buscar informações e se comunicar é sempre a melhor forma de começar a transformação. Para cumprir com o nosso papel, precisamos ser pessoas inclusivas. Converse com pessoas com deficiência, estude sobre o assunto, comece a colocar em prática tudo o que você está aprendendo, denuncie estabelecimentos e meios de transportes que não estão acessíveis, exija que as empresas contem com acessibilidade digital em seus websites, entre outras formas de começar a fazer a diferença! (Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/blog/barreiras-para-a-acessibilidade/>. Acesso em: 23 fev. 2023).

SAIBA MAIS

Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (Jomtien, 1990)

[Declaração Mundial sobre Educação para Todos](#)

Declaração de Salamanca: sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (Salamanca, 1994)

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Link de acesso: [D5296](#)

LBI 2015: LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Link de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Referências

RODRIGUES, Marlene; BERNARDINO, José Lourione Freitas; MOREIRA, Melissa Velanga. Barreiras atitudinais: a exclusão que limita a acessibilidade de pessoas com deficiência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 1311-1326, 2022.

DA SILVA, Maria Luciane Cardoso; SILVA, Cleber Silva. Promoção da acessibilidade atitudinal a cegos no ensino médio integrado. **Caminhos da educação - diálogos culturais e diversidades**, v. 4, n. 2, p. 1-14, 2022.

DINIZ, D.; SANTOS, W. Deficiência e Direitos Humanos: desafios e respostas à discriminação. In: DINIZ, D.; SANTOS, W. (Orgs.). **Deficiência e discriminação**. Brasília: Letras Livres/EdUnB, 2010.

NONATO, Domingos do N. et al. Acessibilidade arquitetônica, barreiras atitudinais e suas interfaces com o processo de inclusão social das pessoas com deficiência: ênfase nos municípios de Abaetetuba, Igarapé-Miri e Mojú/PA. 2013.

DA SILVA MARTINS, Kaciely et al. ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA/METODOLÓGICA NO ENSINO SUPERIOR. **Anais da Jornada Acadêmica de Psicologia**, v. 1, 2019.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 4 ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. Declaração de Salamanca: e enquadramento da ação na área das necessidades especiais. Espanha: Ministério da Educação e Ciência da Espanha, 1994.

SASSAKI, Romeu. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 03 jan. 2023.

Guia de acessibilidade web. Disponível em: <https://educadiversidade.unesp.br/guia-de-acessibilidade-web/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

CARDOZO, Raphael D.; SCHNEIDER, Gabriela. Acessibilidade arquitetônica, deficiência física e o direito à educação. **Olhar de Professor**, v. 24, p. 1-23, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Aida Guerreiro de et al. A deficiência visual: atuação de professores do ensino regular e a Educação Inclusiva em São João de Meriti (2008 a 2018). 2021.

FERRAZ, Reinaldo. **Acessibilidade na Web**: boas práticas para construir sites e aplicações acessíveis. São Paulo: Casa do Código, 2020.

SALES, Valdícia Falcão; JÚNIOR, Antônio Germano Magalhães. A Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: implementação na EMEF José Dantas Sobrinho, no município de Maracanaú. **Conhecer**: debate entre o público e o privado, v. 4, n. 11, p. 209-235, 2014.

SANTOS, Ana Carolina Sabino; DA SILVA, Maria Cristina; DE SOUZA ALVES, Sandra. Desafios da inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial nas escolas municipais da cidade de Alfenas-MG. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, v. 10, n. 22, p. 243-263, 2023.

TAVARES, Fabiana S. S. **A pessoa com deficiência e as barreiras atitudinais na literatura infanto-juvenil**. 2007. 104f. Monografia. Pós-graduação em Literatura Infanto-Juvenil. Faculdade Frassitetti (FA-FIRE). Recife, 2007.

TAVARES, Fabiana S.S. **Educação Não Inclusiva**: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPE). Recife, UFPE, 2012. 595f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

TAVARES, Fabiana S. S.; MEDEIROS, Leila Maria Vieira. **Rompendo as barreiras atitudinais na escola: as contribuições de Vygotsky e Wallon**. In: Menezes, Lúcia; VIEGAS, Moyselita; MENEZES, Zélia. (Orgs.). **Educação Território Multicultural**. 1 ed. Recife: Libertas, 2010.

TAVARES, F. Barreiras Atitudinais e a Recepção da Pessoa com deficiência. In:

TAVARES, L. B. (Org). **Notas Proêmias**: Acessibilidade Comunicacional para Produções Culturais. Pernambuco: Cepe Editora. DVD Acessível, 2013. p. 28-29

PARTE II:

Atividades dinamizadoras da Tertúlia

Seção “Vamos refletir, dialogar e praticar a temática?”

»»» **ATIVIDADE 1: *Relato Encontro 1***

Objetivo geral:

Ler o texto de referência do fascículo teórico-prático da Quinta Tertúlia – Acessibilidade como instrumento para inclusão escolar.

Objetivo específico:

Estimular que o cursista faça o relato de uma barreira que já vivenciou ou observou.

Modalidade:

Individual. O(A) cursista poderá realizar a atividade quantas vezes achar necessário.

Orientação de execução:

- »»» Ler o texto de referência do fascículo teórico-prático da Quinta Tertúlia – Acessibilidade como instrumento para inclusão escolar.
- »»» Participar da 1ª Live de abertura.
- »»» Responder a atividade 1: fazer um breve relato de uma barreira que já evidenciou, presenciou ou já tenha observado. Observação: a atividade será realizada na plataforma doc. (roteiro da atividade).

Recursos: plataforma doc.

»»» **ATIVIDADE 2: *Relato Encontro 2***

Objetivo geral:

Ler o texto de referência do fascículo teórico-prático da Quinta Tertúlia – Acessibilidade como instrumento para inclusão escolar.

Objetivo específico:

- »» Rerler o texto de referência do fascículo teórico-prático.
- »» Assistir a videoaula acessibilidade como instrumentos para inclusão escolar (arquitetônica, *web* e comunicacional).

Modalidade:

Individual. O(A) cursista poderá realizar a atividade quantas vezes achar necessário.

Orientação de execução:

- »» Ler o texto de referência do fascículo teórico-prático da Quinta Tertúlia – Acessibilidade como instrumento para inclusão escolar.
- »» Responder a Atividade 2: após ler o texto de referência e assistir as videoaulas, responder ao Questionário. Observação: o questionário tem resposta automática e pode ser realizado quantas vezes achar necessário.

Recursos: Questionário no *Google Forms*.

»»» **ATIVIDADE 3: *Relato Encontro 3***

Objetivo geral:

Ler o texto de referência do fascículo teórico-prático da Quinta Tertúlia – Acessibilidade como instrumento para inclusão escolar.

Objetivo específico:

- »» Rerler o texto de referência do fascículo teórico-prático
- »» Assistir a videoaula acessibilidade como instrumentos para inclusão escolar (programática, instrumental, pedagógica e atitudinal)

Modalidade:

Individual. O(A) cursista poderá realizar a atividade quantas vezes achar necessário

Orientação de execução:

- »» Ler o texto de referência do fascículo teórico-prático da Quinta Tertúlia – Acessibilidade como instrumento para inclusão escolar.
- »» Responder a Atividade 3: após ler o texto de referência e assistir as videoaulas, responder ao Questionário (continuação do Questionário iniciado na atividade 2). Observação: o questionário tem resposta automática e pode ser realizado quantas vezes achar necessário.

Recursos: Questionário no *Google Forms*.

»»» **ATIVIDADE 4: *Relato Encontro 4***

Objetivo geral:

Ler o texto de referência do fascículo teórico-prático da Quinta Tertúlia – Acessibilidade como instrumento para inclusão escolar.

Objetivo específico:

- »» Rerler o texto de referência do fascículo teórico-prático.
- »» Assistir as videoaulas de acessibilidade como instrumentos para inclusão escolar.

Modalidade:

Individual. O(A) cursista poderá realizar a atividade quantas vezes achar necessário.

Orientação de execução:

- »» Ler o texto de referência do fascículo teórico-prático da Quinta Tertúlia – Acessibilidade como instrumento para inclusão escolar.
- »» Responder a atividade 4: após ter estudado sobre as barreiras, o(a) cursista deve retornar à atividade 1 e propor uma solução ou alternativa para quebra da barreira que relatou na atividade 1. Observação: a atividade será realizada na plataforma doc.

Recursos: plataforma doc.